

RESUMO

A tese tem por objetivo analisar as ações voltadas à saúde pública e saneamento no Maranhão, durante a Primeira República (1889-1930), a partir da instituição da microbiologia em contexto local. O trabalho busca compreender em que condições se fez saúde e ciência no Maranhão no período proposto. Parte-se de uma configuração política, cultural e econômica no estado para obter as respostas imaginadas, possíveis e viáveis para a saúde pública no período. Caracteriza-se os personagens e suas práticas, sobretudo os médicos que atuaram no Maranhão, situando-os em um período de instituição das ciências biomédicas e transformações ocorridas nas políticas de saúde pública em âmbito nacional e local. Analisando a participação de agentes locais nessa nova conjuntura e a circulação de conhecimentos e práticas entre médicos locais e ‘de fora’, especial ênfase é dada às investidas de políticos locais para a entrega da direção do Serviço Sanitário do Maranhão a médicos do Rio de Janeiro e São Paulo, pois considerava-os mais preparados para enfrentar as epidemias e endemias que grassavam. Essa postura remonta a chegada da peste bubônica em São Luís (1903), doença que voltou ao estado outras duas vezes, em 1908 e 1921. O período submetido a estudo corresponde à formação, por atores locais, do aparato institucional em saúde pública no Maranhão, inicialmente voltado à produção de estudos e legislação que visavam a resolução das precárias condições sanitárias da capital. Também é o período em que manifestaram-se severas epidemias (varíola e peste bubônica), algo que demandou do poder público a adoção de medidas emergenciais, outras com perspectivas mais duradouras, mas que geralmente não prosperavam devido à falta de apoio político e financeiro. Este cenário se manteve em um longo processo que culminou na mais significativa intervenção federal na área da saúde no estado à época: a instituição do Serviço de Profilaxia Rural, ação acompanhada da instalação de uma filial do Instituto Oswaldo Cruz em São Luís, e a aceitação da intervenção norte-americana, empreendida pela Fundação Rockefeller. A tese traz à tona algumas representações formuladas à época sobre o estado do Maranhão, em particular a ideia de que era um lugar distante dos avanços médicos e sanitários. Contrapondo-se a essas representações, é enfatizada aqui as evidências de que haviam práticas que denotavam sintonia entre parte dos médicos locais e as ideias propaladas nas capitais que estavam na vanguarda da saúde pública à época. Demonstra, também, como ao estado do Maranhão foi associada a imagem de ‘sertão’, a partir de 1918, como parte de um esforço de integração nacional, através da intervenção federal nos estados. Conclui que a microbiologia, referencial dos médicos locais e ‘de fora’ à época, foi fundamental para a instituição de ações (eficientes ou não) no campo da saúde pública no estado, e estas ações estavam intrinsecamente relacionadas à política local, às manobras de oligarcas como Benedito Leite, Luiz Domingues e Urbano Santos. Conclui, também, que apesar das intervenções federais na área da saúde terem ganhado maior visibilidade, os acordos políticos, o contexto local, as doenças que não estavam previstas e os médicos maranhenses tiveram grande importância na viabilização dessas ações.

Palavras-Chave: Maranhão; norte do Brasil; sertão; saúde pública; peste bubônica; medicina; microbiologia; Serviço de Profilaxia Rural.